



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 3312

**Presidente da Mesa Diretora:** Ivan José Lopes

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Repassa recursos, firma convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 02/07/1991

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 49/1991. Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros à Associação dos Grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos de Montes Claros. (Referente à Lei nº 1.945, de 19/07/1991).

**Controle Interno – Caixa:** 21

**Posição:** 22

**Número de folhas:** 19

---

Espécie: PL  
Categoria: Repasse de recursos  
nº: 21  
ordem: 22  
nº fls: 15

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

49/91

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:

Autorizando o repasse de recursos à Associação  
dos Grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos.

Caixa

### MOVIMENTO

- 1 Recebido em 02.07.91
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 02.07.91
- 3
- 4 *Deferido em reunião*
- 5 *de comissão - 04.07.91*
- 6 *à subcomissão - 04.07.91*
- 7 *Deferido - 02 -*
- 8
- 9
- 10



# PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



PROJETO DE LEI Nº...., DE 25 DE JUNHO DE 1991

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS À ASSOCIAÇÃO DOS GRUPOS DE CATOPÊS, MARUJOS E CABOCLINHOS DE MONTES CLAROS.

A Câmara Municipal de Montes Claros-MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar recursos financeiros no valor de Cr\$150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), à Associação dos Grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos, entidade civil, sem fins lucrativos, registrada no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº..... 21.365.556/0001-51, sediada nesta cidade, à Praça Doutor Chaves, 32 - Centro.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo anterior deverão ser destinados pela Associação para a reforma dos instrumentos que serão utilizados no XIII Festival Folclórico de Montes Claros, devendo ainda prestar contas de sua aplicação à Secretaria Municipal de Fazenda no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta lei.

Parágrafo Único - O não cumprimento do disposto no "caput" deste artigo ensejará a devolução dos recursos recebidos e indevidamente aplicados.

Art. 3º - Os recursos provenientes desta lei correrão à conta própria do Orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, 25 de junho de 1991.

Mário Ribeiro da Silveira  
Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
A COMISSÃO DE Legislação  
e Política  
EM 02 DE Julho DE 1991  
PRESIDENTE

*E' Legal e Constitucional*  
*J. M. M. M.*  
*Eduardo Nelson*

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
APROVADO EM 10/01 DISCUSSÃO POR  
URGÊNCIA  
EM 04 DE Julho DE 1991  
PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
A SANCÃO  
EM 04 DE Julho DE 1991  
PRESIDENTE





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M. G.

Em, 25 de junho de 19 91

Of. N.º : CJ-093/91

Assunto : Encaminha Projeto de Lei

Serviço : Consultoria Jurídica

Senhor Presidente,

A Prefeitura, pela 13ª vez consecutiva, estará promovendo em nossa cidade o Festival Folclórico, evento de caráter cultural que retrata as tradicionais festas de agosto.

Como acontece todos os anos, sempre destinamos recursos para a reforma dos instrumentos utilizados pelos nossos catopês, marujos e caboclinhos.

O Projeto de Lei em questão tem este objetivo. Estamos repassando a importância especificada no Projeto, para que a Associação dos grupos folclóricos faça a distribuição entre os grupos.

Na certeza de contar com a aprovação de V.Exa. e de seus dignos pares, valemo-nos da oportunidade para apresentar-lhe protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Mário Ribeiro da Silveira  
Prefeito Municipal




Exmo. Sr.

Dr. Ivan José Lopes

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

N E S T A

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS		CGC 21365556/0001-51
VÁLIDO ATÉ 31/12/91		ATIVIDADE PRINCIPAL 80.22
NATUREZA JURÍDICA 16 - ASSOCIACAO		CPF DO RESPONSÁVEL 065956266-91
ÓRGÃO DA SRF 67000 - MONTES CLAROS		
FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL ASSOCIACAO DOS GRUPOS DE CATOPES MARUJOS E CABOCLINHOS		
NOME DE FANTASIA		
LOGRADOURO PCA DOUTOR CHAVES	NÚMERO 32	COMPLEMENTO
CEP 39400	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MONTES CLAROS
UF MG		
RENDA - PESSOA JURÍDICA <input checked="" type="checkbox"/> PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS <input type="checkbox"/> IMPORTAÇÃO <input type="checkbox"/> LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS <input type="checkbox"/>		
CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS <input type="checkbox"/> RENDA - RETENÇÃO NA FONTE <input type="checkbox"/> MINERAIS NO PAÍS <input type="checkbox"/> ENERGIA ELÉTRICA <input type="checkbox"/> SOBRE SERVIÇOS <input type="checkbox"/>		

M8706

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS		CGC 21365556/0001-51
VÁLIDO ATÉ 31/12/91		ATIVIDADE PRINCIPAL 80.22
NATUREZA JURÍDICA 16 - ASSOCIACAO		CPF DO RESPONSÁVEL 065956266-91
ÓRGÃO DA SRF 67000 - MONTES CLAROS		
FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL ASSOCIACAO DOS GRUPOS DE CATOPES MARUJOS E CABOCLINHOS		
NOME DE FANTASIA		
LOGRADOURO PCA DOUTOR CHAVES	NÚMERO 32	COMPLEMENTO
CEP 39400	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MONTES CLAROS
UF MG		
RENDA - PESSOA JURÍDICA <input checked="" type="checkbox"/> PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS <input type="checkbox"/> IMPORTAÇÃO <input type="checkbox"/> LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS <input type="checkbox"/>		
CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS <input type="checkbox"/> RENDA - RETENÇÃO NA FONTE <input type="checkbox"/> MINERAIS NO PAÍS <input type="checkbox"/> ENERGIA ELÉTRICA <input type="checkbox"/> SOBRE SERVIÇOS <input type="checkbox"/>		

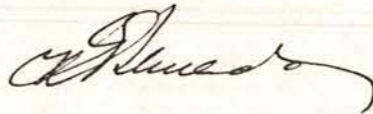
M8706

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO  
NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO O Nº DE INSCRIÇÃO FOR INFORMADO,  
AINDA QUE POR APOSIÇÃO DO CARIMBO PADRONIZADO DO CGC.

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

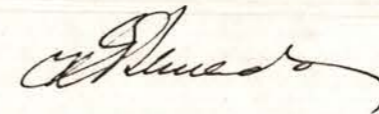


VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO  
NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO O Nº DE INSCRIÇÃO FOR INFORMADO,  
AINDA QUE POR APOSIÇÃO DO CARIMBO PADRONIZADO DO CGC.

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL



Perto, Edson Andrade, Arthur Vianna, João Batista, Wânia Carvalho, Milton Martins, Aldair Pinto, Jacyr Elton Braga, Rogério Vidigal, Arlana Cobreiro e Tomaz Edson.

**GRADUADOS** - Senhor Edmundo Amador, Representante do Sindicato dos Empregados de Empresas de Processamento de Dados - SINDADOS.

**GRADUADOS INSCRITOS** - Arlana Cobreiro, Helena Greco, René Trindade, Dalton Guimarães, Arthur Vianna, Aldair Pinto, Antônio Carlos Carreia, Rogério Vidigal, Helvécio Avantes, Milton Martins, Achilles Reis Junior e Wânia Carvalho.

ORDEN DO DIA

1ª. PARTE

EM PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO FORAM APROVADOS:

Projeto de Lei nº 39/86 - "Obriga a criação de itinerários nos veículos de transporte coletivo no Município de Belo Horizonte". AUTOR: Vereador Arthur Vianna.

Projeto de Resolução nº 255/86 - "Aprova Convênio que, entre si, celebram a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a Cadece Catarinense Comensol". AUTOR: Mesa.

Projeto de Resolução nº 266/86 - "Aprova Convênio que, entre si, celebram a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a Cadece Centro Materno Infantil Ana Maria Castro Veadó". AUTOR: Mesa.

Projeto de Resolução nº 267/86 - "Aprova Convênio que, entre si, celebram a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a Cadece Agostinho Cândido de Souza". AUTOR: Mesa.

**EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICAS:**

Projeto de Lei nº 75/87 - "Declara de Utilidade Pública o Gerando Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente de Venda Nova". AUTOR: Vereador João Ferreira.

Projeto de Lei nº 82/87 - "Da denominação de Gilvan Pereira Rosa a atual Rua Hum, no Conjunto Habitacional Verdes e Barreiros de Cima, nesta Capital". AUTOR: Vereador João Ferreira. APROVADO.

Projeto de Lei nº 458/86 - "Vista" ao Vereador João Ferreira.

**EM SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:**

Projeto de Lei nº 62/87 - "Declara de Utilidade Pública o 'Horizonte', Releito o Projeto de Lei nº 62/87".

Projeto de Resolução nº 255/86 - "Aprova Convênio que, entre si, celebram a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a Cadece Catarina da Vovó". AUTOR: Mesa.

Projeto de Resolução nº 257/86 - "Aprova Convênio que, entre si, celebram a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a Cadece Madre Garcia". AUTOR: Mesa.

Projeto de Lei nº 422/86 - "Transferência de bens a propriedade municipal".

**EM REMANÇÃO FINAL FORAM APROVADOS:**

Projeto de Lei nº 83/87 - "Da denominação de Professora Zúlia Forseca a uma rua, praça ou avenida".

TOR: Vereador Tomaz Edson.

Projeto de Lei nº 79/87 - "Declara de Utilidade Pública a Terra Espiritista Vovô Joaquina de Aranda". AUTOR: Vereador Edson Andrade.

Projeto de Lei nº 434/86 - "Da denominação de Marcel Orla a atual Rua 15 e a atual Rua F, do Conjunto Residencial São Pedro". AUTOR: Vereador João Qualberto da Silva.

Projeto de Resolução nº 264/86 - "Aprova Convênio que, entre si, celebram a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a Cadece Clubinho de Nossa Senhora das Vitórias". AUTOR: Mesa.

Projeto de Resolução nº 188/85 - "Aprova Convênio que, entre si, celebram a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a Cadece Comunitária Maria Floripes". AUTOR: Mesa.

Projeto de Resolução nº 187/85 - "Aprova Convênio que, entre si, celebram a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a Cadece Imaculada Conceição". AUTOR: Mesa.

ORDEN DO DIA

2ª. PARTE

**EXTRATO DO ESTATUTO DO "CLUBE RECREATIVO NACIONAL - CRN"** - entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de Aracaju-MG, com a finalidade de promover a prática de atividades esportivas e de assistência social, cultural e educacional. A administração do CRN é exercida por uma Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. O CRN é constituído por uma Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Os membros do CRN não responderão individualmente pela obrigação social. Em caso de extinção do CRN, o patrimônio será revertido para entidade congênera ou de assistência social, por deliberação da Assembleia Geral.

8.126 - T. 473.939 - X

**EXTRATO DO ESTATUTO DA "SOCIEDADE RECREATIVA SÃO CRISTÓVÃO - S.R.S.C."** - entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de Aracaju-MG, com a finalidade de promover a prática de atividades esportivas e de assistência social, cultural e educacional. A administração do S.R.S.C. é exercida por uma Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. O S.R.S.C. é constituído por uma Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Os membros do S.R.S.C. não responderão individualmente pela obrigação social. Em caso de extinção do S.R.S.C., o patrimônio será revertido para entidade congênera ou de assistência social, por deliberação da Assembleia Geral.

8.124 - T. 473.937 - X

**EXTRATO DO ESTATUTO DA "LIGA ORDEM ANDRÉ DE CANASTRAL"** - entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de Uberlândia-MG, com a finalidade de promover a prática de atividades esportivas e de assistência social, cultural e educacional. A administração da Liga é exercida por uma Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. A Liga é constituída por uma Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Os membros da Liga não responderão individualmente pela obrigação social. Em caso de extinção da Liga, o patrimônio será revertido para entidade congênera ou de assistência social, por deliberação da Assembleia Geral.

8.122 - T. 473.933 - X

**EXTRATO DO ESTATUTO DO "CLUBE RECREATIVO AGUIA DOURADA"** - entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de Uberlândia-MG, com a finalidade de promover a prática de atividades esportivas e de assistência social, cultural e educacional. A administração do Clube é exercida por uma Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. O Clube é constituído por uma Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Os membros do Clube não responderão individualmente pela obrigação social. Em caso de extinção do Clube, o patrimônio será revertido para entidade congênera ou de assistência social, por deliberação da Assembleia Geral.

8.123 - T. 473.936 - X

**EXTRATO DO ESTATUTO DO "CLUBE RECREATIVO AGUIA DOURADA"** - entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de Uberlândia-MG, com a finalidade de promover a prática de atividades esportivas e de assistência social, cultural e educacional. A administração do Clube é exercida por uma Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. O Clube é constituído por uma Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Os membros do Clube não responderão individualmente pela obrigação social. Em caso de extinção do Clube, o patrimônio será revertido para entidade congênera ou de assistência social, por deliberação da Assembleia Geral.

8.123 - T. 473.936 - X

**EXTRATO DO ESTATUTO DO "CLUBE RECREATIVO AGUIA DOURADA"** - entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de Uberlândia-MG, com a finalidade de promover a prática de atividades esportivas e de assistência social, cultural e educacional. A administração do Clube é exercida por uma Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. O Clube é constituído por uma Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Os membros do Clube não responderão individualmente pela obrigação social. Em caso de extinção do Clube, o patrimônio será revertido para entidade congênera ou de assistência social, por deliberação da Assembleia Geral.

8.144 - T. 473.960 - X

**EXTRATO DO CONTRATO DA SOCIEDADE CIVIL - REPRESENTAÇÕES ILICITAS LTDA.** - Ademar José Damasceno, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, 44 em Uberlândia-MG, representante da C.I. 19.217.162, expedida pela SPC-SP, CPF nº 230.669.976-34 e Art. Passos Damasceno, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, 44 em Uberlândia-MG, representante da C.I. 11.075.962/13, expedida pela 43. Zona Eleitoral, Voto, nº 346.612.398-87, todos maiores, resolvem constituir uma sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada, com denominação de ILICITAS LTDA, com sede e foro na cidade de Uberlândia-MG, A sociedade, cujo prazo de duração é indeterminado, objetivando a prestação de serviços de representação, conciliação e atividades afins. O capital social será de R\$ 10.000,00, dividido em 100 quotas de R\$ 100,00 cada uma.

**DECLARAÇÃO - TREFIL - TREFILINDO INDUSTRIAL LTDA.** - Declara, para todos os fins de direito, o extrato do documento fiscal nº 18602222/85 de 13/10/85, referente a autorização para continuação de calsonário de Notas Fiscais, ficando a mesma sem nenhum efeito.

7.978 - T. 473.731 - X

**EXTRAVIO - Loja Duja Ltda, estabelecida à Rua Jorge Elias, 1.221 - Centro em Tombos-MG; inscrita no CGC-MF sob o nº 16.713.032/0004-89 e no Estado sob o nº 692.327/90.0131, faz público, para atender às exigências do RICM-MG, que extraviou seu cartão de inscrição estadual.**

7.949 - T. 473.678 - X

**EXTRAVIO - Loja Duja Ltda, estabelecida à Rua Jorge Elias, 1.221 - Centro em Tombos-MG; inscrita no CGC-MF sob o nº 16.713.032/0004-89 e no Estado sob o nº 692.327/90.0131, faz público, para atender às exigências do RICM-MG, que extraviou seu cartão de inscrição estadual.**

8.092 - T. 473.895 - X

**EXTRATO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS GRUPOS DE CATOPES - MANOEL E CABOCLINHOS DE MONTE CLAROS PARA PUBLICAÇÃO NO "MINAS GERAIS"** - Extrato. Sob a denominação de Associação dos Grupos de Catopés, Manojos e Caboclinhos de Montes Claros, fica instituída uma Associação de caráter cultural, religioso, recreativo, social, com sede e foro nesta cidade de Montes Claros-MG. A Associação tem por finalidade defender os interesses dos grupos de catopés, manojos e caboclinhos; promover maior união entre os grupos e divulgar a sua manifestação cultural nas festas de agosto etc. A Associação, tem por sede e foro a cidade de Montes Claros-MG e terá duração por prazo indeterminado. Os membros não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais. A Associação será administrada por uma Diretoria composta de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro. Compete ao Presidente representar a sociedade ativa e passivamente. Judicial e extrajudicialmente. O presente estatuto só poderá ser alterado em reunião da Assembleia Geral, convocada especialmente em caráter extraordinário, para esse fim, e com a presença de no mínimo, dois terços dos sócios quites. A Associação não terá extinção quando assim deliberar a Assembleia Geral Extraordinária, com a presença de pelo menos, dois terços dos sócios em pleno gozo de seus direitos sociais. Extinta a Associação, o seu patrimônio será revertido em favor de uma instituição de caridade designada pela Assembleia.

8.088 - T. 473.890 - X

**Associação dos Funcionários Aposentados de Estado de Minas Gerais - Rua dos Carijós, 136-122 andar.**

EDITAL

A APEMG avisa aos seus associados pertencentes aos seguros de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais desta Entidade que, de acordo com a circular nº 21, de 15 de agosto de 1986, da Superintendência de Seguros Privados os capitais, somente a Cia Itaú Seguros, passará automaticamente para o Cg\$10.000,00 a partir de agosto de 1987. Os que não concordarem com o novo capital devem manifestar dentro de 30 (trinta) dias a contar desta data.

Belo Horizonte, 18 de maio de 1987.

5.355 - P. 26.423 - X

**EXTRATO DO ESTATUTO SOCIAL DA "ABIP-ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL BICO DA PEDRA BRUTA"**

A ABIP - Associação Educacional Bico da Pedra Bruta, fundada em 10/02/1987, na cidade de Januária, MG, através de uma Assembleia Geral (realizada pelos membros das Lojas Maçonicas, União do Vale do Gornubá nº 115 e Deus Paz e Liberdade II, nº 1.795) é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com sede à Alameda Irigoyen do Bico da Pedra (Codóvati), em Januária, MG, que tem prazo de duração indeterminado. A Assembleia tem por finalidade: Exercer atividades e ações com



## ASSOCIAÇÃO DOS GRUPOS DE CATOPÊS, MARUJOS E CABOCLINHOS DE MONTES CLAROS

### ESTATUTO

CARTÓRIO DOS REGISTROS DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.

Oficial - *Joãoir Vello Maurício*  
MONTES CLAROS — MINAS GERAIS

### Capítulo I

#### Da Denominação, Sede, Duração e Objetivos

- Art. 1º - Chama-se Associação dos Grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos a entidade ora instituída.
- Art. 2º - A Associação dos Grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos de Montes Claros terá sede e foro nesta cidade de Montes Claros,
- Art. 3º - A Associação reger-se-á pelo presente Estatuto e outras leis que possam ser aplicadas a ela.
- Art. 4º - A Associação é entidade civil, sem fins lucrativos, constituída pelos grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos, com duração por tempo indeterminado.
- Art. 5º - Terá a Associação os seguintes objetivos:
- I - Defender os interesses dos grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos de Montes Claros.
  - II - Promover maior aproximação entre os grupos e divulgar a sua manifestação cultural.
  - III - Gerir, sob a coordenação de comissão criada pela Secretaria de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, as Festas de Agosto de Montes Claros.
  - IV - Buscar a integração dos grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos de Montes Claros com as diversas manifestações culturais existentes na cidade, no Estado e no País.
  - V - Preservar a tradição das Festas de Agosto, buscando imprimir-lhes suas características originais.



VI - Promover reuniões, debates, atividades culturais e recreativas, que proporcione seu fortalecimento e crescimento, em todos os aspectos que possam ser considerados.

Art. 6º - A Associação será dirigida pelos seguintes órgãos:  
I - Assembléia Geral  
II - Diretoria Executiva  
III - Conselho Fiscal

QUINTORÓDIO DE REGISTROS D  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial - *João Valle Maurício*  
MONTES CLAROS - MINAS GERAIS

Art. 7º - Não será remunerado o exercício de qualquer função nos órgãos de administração da Associação.

Parágrafo único - É vedado o exercício cumulativo de cargo, ressalvada a participação na Assembléia Geral.

## Capítulo II

### Da Assembléia Geral

Art. 8º - A Assembléia Geral é o órgão supremo da Associação dos Grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos de Montes Claros.

Art. 9º - A Assembléia Geral será constituída:

- I - Por todos os associados em pleno exercício em seus diretos.
- II - Por um representante da Secretaria de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, indicado por seu titular.

Art. 10 - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos meses de maio, junho, julho agosto e novembro de cada ano.

§ 1º - As reuniões ordinárias serão convocadas pelo Presidente, por edital afixado na sede da Associação e publicado nos veículos de comunicação disponíveis na comunidade.

§ 2º - A convocação deverá ser feita com uma antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, devendo o edital conter, além da data, local e hora, também a pauta da reunião.



# PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates, 142 — 39.400 — Montes Claros — Minas Gerais



CARTÓRIO DOS REGISTROS DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.

Oficial - *João Vitor Maurício*  
MONTES CLAROS - MINAS GERAIS

- § 3º - A Assembléia Geral reúne-se e delibera, em primeira convocação com a presença da maioria dos associados 1/2 (meia) hora após, em segunda convocação com a presença de qualquer número de associados.
- § 4º - Em caso de necessidade, poderá ocorrer reuniões extraordinárias convocadas pelo Presidente da Diretoria Executiva, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer associado.
- § 5º - O requerimento de reunião extraordinária feito por associado deverá ser subscrito por 1/3 (um terço) dos associados.
- § 6º - A convocação da Assembléia Geral em reunião extraordinária será, igualmente, feita por edital o qual deverá obedecer as mesmas normas mencionadas no § 2º.
- § 7º - Será a Assembléia Geral dirigida pelo Presidente da Diretoria Executiva.
- § 8º - A Assembléia Geral é soberana e definitiva em suas deliberações.
- Art. 11 - Compete privativamente à Assembléia Geral:
- I- Reformular este Estatuto.
  - II- Eleger ou destituir, a qualquer tempo, membros da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal.
  - III- Autorizar a aplicação e outras transações financeiras importantes.
  - IV- Autorizar a alienação de bens obsoletos ou sem utilidade.



- V - Decidir sobre a programação das Festas de Agosto, Local de sua realização e sobre outras participações dos grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos de Montes Claros, além das Festas de Agosto

## Capítulo III

### Da Diretoria Executiva

- Art. 12 - Será Presidente eclesiástico da Associação dos Grupos de Catopês, Marujos e caboclinhos de Montes Claros o padre João Batista Lima Lopes, ou seu substituto.
- Art. 13 - Será Presidente de Honra da Entidade o Secretário de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo.
- Art. 14 - A Diretoria Executiva será composta dos seguintes membros:
- I - Presidente *João Baptista dos Santos*
  - II - Vice-Presidente *Miguel Pereira*
  - III - 1º Secretário *José Augusto dos Santos*
  - IV - 2º Secretário *João Carlos da Silva*
  - V - 1º Tesoureiro
  - VI - 2º Tesoureiro
- § 1º --A Diretoria Executiva será eleita em Assembléia Geral, por voto direto e secreto ou por aclamação.
- § 2º -- Será de 02(dois) anos o mandato da Diretoria Executiva, podendo haver uma única reeleição, seguidamente, para o mesmo cargo.
- § 3º - Dar-se-á a eleição da Diretoria Executiva na Assembléia Geral dos mês de novembro.
- Art. 15 - Reunir-se-á a Diretoria Executiva, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente.
- Parágrafo único - Em caso de necessidade poderá ocorrer reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por iniciativa de seu Presidente, ou a pedido de qualquer associado, nos termos §5º do artigo 9º.

CARTÓRIO DOS REGISTROS DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.  
Oficial - Joaquin Valle Maufico  
MONTES CLAROS - MINAS GERAIS



# PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates, 142 — 39.400 — Montes Claros — Minas Gerais



- Art. 16 - As decisões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria simples de seus membros.
- Art. 17 - Compete a Diretoria Executiva:
- I - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e outros regulamentos aprovados.
  - II - Acolher qualquer reclamação dos associados.
  - III - Executar a programação anual das atividades dos grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos de Montes Claros e atividades extra programação.
  - IV - Elaborar, até o último dia útil de setembro, para submissão à Assembléia Geral, relatórios anuais das atividades pelos grupos na comunidade.
  - V - Exonerar, a pedido ou por motivo relevantes, sócios da Associação.
  - VI - Interpretar o presente Estatuto e decidir os casos omissos.
- Art. 18 - Qualquer membro da Diretoria poderá ser destituído de suas funções, por abandono do cargo:
- I - Deixando de cumprir seus deveres e atribuições.
  - II - Não comparecendo a 4(quatro) reuniões consecutivas sem se justificar.
- Art. 19 - Compete ao Presidente:
- I - Presidir às reuniões da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral.
  - II - Representar a Associação, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.
  - III - Proteger o patrimônio da Associação.
  - IV - Alienar, após prévia anuência da Assembléia Geral, bens obsoletos ou sem utilidade para a Associação.

CARTÓRIO DOS REGISTROS DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.

Oficial - Joaquina Valle Moura  
MONTES CLAROS - MINAS GERAIS



# PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates, 142 — 39.400. — Montes Claros — Minas Gerais

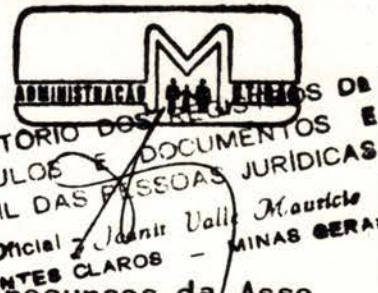
ARQUIVO DOS REGISTROS  
TÍTULOS  
CIVIL DAS FAMILIAS  
Oficial - Joazeir Valle Monteleone  
MONTES CLAROS - MINAS GERAIS

- V - Realizar, mediante aprovação da Assembleia Geral, aplicações e outras utilizações financeiras importantes.
  - VI - Aprovar propostas de inscrição de sócios.
  - VII - Examinar e assinar, com o Tesoureiro, o Balancete anual da Associação.
  - VIII - Movimentar contas bancárias, emitir cheques, bem como assinar recibos, junto com o Tesoureiro.
  - IX - Assinar, com o Secretário, a correspondência da Associação e outros documentos.
  - X - Zelar pelo bom nome e engradecimento da Associação.
- Art. 20 - Compete ao Vice-Presidente:
- I - Substituir o Presidente, em suas faltas e impedimentos.
  - II - Auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções.
- Parágrafo único - Na ausência do Presidente e do Vice-presidente presidirá às reuniões em dos sócios presentes, escolhido por aclamação.
- Art. 21 - Compete ao Primeiro Secretário:
- I - Organizar e dirigir todos os assuntos de Secretaria da Associação.
  - II - Substituir o Presidente, em suas ausências e impedimentos, estando o Vice-presidente impedido de fazê-lo.
  - III - Assinar, com o Presidente, a correspondência da Associação e outros documentos que não sejam financeiros.
  - IV - Lavrar as atas das reuniões da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral
  - V - Controlar qualquer publicação a respeito da Associação pela imprensa ou por particulares.
- Art. 22 - Compete ao Segundo Secretário:
- I - Substituir o Primeiro Secretário, em suas faltas e impedimentos.
  - II - Auxiliar o Primeiro Secretário no desempenho de suas atribuições.



# PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates, 142 — 39.400. — Montes Claros — Minas Gerais



Art. 23 - Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I - Responder pela guarda dos valores e recursos da Associação.
- II - Receber doações, fornecendo o competente recibo.
- III - Movimentar contas bancárias, emitir cheques e assinar recibos, juntamente com o Presidente.
- IV - Assinar, com o Presidente, o Balancete Financeiro da Associação.
- V - Depositar, em bancos, os recursos financeiros da Associação.

Art. 24 - Compete ao Segundo Tesoureiro:

- I - Substituir o Primeiro Tesoureiro, em suas faltas e impedimentos.
- II - Auxiliar o Primeiro Tesoureiro em suas funções

## Capítulo IV

Art. 25 - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos, em Assembléia Geral, escolhidos dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandato de 2 (dois) anos.

§ 2º - O Conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros efetivos, seu Presidente.

Art. 26 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, na 2ª quinzena de novembro de cada ano, para examinar as contas da Diretoria Executiva e emitir parecer que será assinado por todos os seus membros.

Parágrafo Único - Em caso de necessidade, poderão ser convocadas reuniões extraordinárias do Conselho Fiscal.\*

Art. 27 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Fiscalizar todo o movimento financeiro da Associação, quer de receita, quer de despesa.



# PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates, 142 — 39.400 — Montes Claros — Minas Gerais



II- Fazer relatório circunstaciado de quaisquer perícias levadas a efeito, encaminhando-o ao Presidente da Diretoria Executiva.

III- Examinar a procedência, ou não, dos motivos alegados pela Diretoria Executiva para recusar pedidos de inscrição de sócios e, da mesma forma, os atos de exoneração que não se fundamentaram na iniciativa do próprio associado.

IV- Aprovar o Balancete Anual, bem como o relatório anual das atividades da Associação.

V- Zelar pela boa ordem da Associação.

Art. 28 - Compete aos membros efetivos do Conselho Fiscal comparecer às reuniões, desincumbindo-se das tarefas que lhe forem confiadas.

Art. 29 - Compete aos membros suplentes substituir os efetivos em suas faltas e impedimentos.

## Capítulo V

### Dos Sócios

Art. 30 - Serão sócios da Associação todos aqueles que atenderem aos seguintes requisitos, cumulativamente ou não:

I- Participarem dos grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos de Montes Claros.

II- Manifestarem seu desejo de integrar um dos grupos, vinculando-se automaticamente à Associação.

III- Tenham seu pedido de inscrição aprovado.

Parágrafo Único - Será também sócio o representante da Secretaria de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo



CARTÓRIO DOS REGISTROS DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.  
Oficial - João Valle Mourão  
MONTES CLAROS - MINAS GERAIS

## Capítulo VI

### Dos Deveres e Direitos dos Socios

- Art. 31 - Os Sócios, em pleno gozo dos direitos que lhes asseguram o Estatuto, podem:
- I - Votar e ser votados nas eleições para membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal.
  - II - Recorrer de qualquer decisão da Diretoria Executiva.
  - III - Usufruir de todos os benefícios da Associação.
  - IV - Participar de qualquer promoção levada a efeito pela Associação.
  - V - Oferecer sugestões.
  - VI - Requerer a convocação da Assembleia Geral, em caráter extraordinário.
- Art. 32 - São deveres dos sócios da Associação dos Grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos de Montes Claros:
- I - Cumprir o Estatuto, os regulamentos e as disposições da Associação.
  - II - Exercer os cargos para os quais forem eleitos, salvo nos casos de impedimentos justificados.
  - III - Colaborar com as iniciativas da Associação.
- Art. 33 - O sócio que, de alguma forma, infringir as disposições deste Estatuto ou normas e regulamentos da Associação fica sujeito às seguintes sanções, a critério da Diretoria Executiva:
- I - Advertência, sempre por escrito e em caráter reservado.
  - II - Suspensão de um a doze meses, para os reincidentes em infração punida com advertência.
  - III - Exclusão, para os reincidentes em infração punida com suspensão.



CARTÓRIO DOS REGISTROS DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.  
Oficial - Jeanir Valle de Azevedo  
MONTES CLAROS - MINAS GERAIS

- § 1º - As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela Diretoria Executiva, delas cabendo recurso para a Assembléia Geral.
- § 2º - A apresentação do recurso não terá efeito suspensivo.
- § 3º - A pena de suspensão não isenta o sócio de nenhuma de suas obrigações.

## Capítulo VII

### Dos sócios Honorários e Beneméritos

- Art. 34 - Serão admitidos como sócios honorários autoridades folclóricas, historiadores, jornalistas ou quaisquer pessoas dedicadas à classe.
- Art. 35 - Serão admitidos como sócios beneméritos aqueles que fizerem alguma coisa, considerada de importância, em favor dos associados ou da Entidade, em sentido financeiro ou associativo.

## Capítulo VIII

### Das Eleições

- Art. 36 - A eleição para membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal dar-se-á por votação direta e secreta ou por aclamação.
- Art. 37 - Considerar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria simples de votos dos sócios presentes à eleição ou seja aclamado pela maioria.
- Parágrafo Único - Fica proibida a reeleição por mais de uma vez consecutiva, bem como a duplicidade de cargos para a mesma pessoa, simultaneamente.



CARTÓRIO DOS REGISTROS DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.

Oficial - Joaquin Valle Martelo  
MONTES CLAROS — MINAS GERAIS

## Capítulo IX

### Do Patrimônio

- Art. 38 - Os recursos da Associação serão constituídos de:
- I - Doações do Poder Público ou privado.
  - II - Outras receitas.
- Art. 39 - O patrimônio da Entidade será constituído de valores de qualquer natureza, recebidos em doação ou por ela adquiridos.

## Capítulo X

### Das disposições gerais

- Art. 40 - Em caso de extinção da Associação dos Grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos de Montes Claros, seu patrimônio será doado a entidades assistenciais, devidamente registradas no Conselho Nacional de Serviço Social, nomeados na Assembléia Geral da dissolução.
- Art. 41 - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Associação.
- Art. 42 - A extinção da Associação dar-se-á por decisão da Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim.



# PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates, 142 — 39.400 — Montes Claros — Minas Gerais



Art. 43 - O mandato dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal expiará no último dia de outubro, de dois em dois anos.

Montes Claros(MG), de

de 1987.

Oscilio dos Reis

x João Pimenta dos Santos

Miguel Pereira

João Batista Farias

Jose Elton Cardoso

Jose Augusto dos Santos

Carlos Cesar Pimenta Santos

Jaques Pimenta Santos

Jose Carlos da Silva

Jose Peres